

Frederico Amado



Curso de DIREITO E PROCESSO  
**PREVIDENCIÁRIO**

**8ª edição** • revista, ampliada e atualizada

**2016**



Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

**Diagramação:** Linotec Fotocomposição e Fitolito Ltda. ([www.linotec.com.br](http://www.linotec.com.br))

---

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

---

Siglas.....	21
-------------	----

## TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL

---

### 1

#### DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução .....	27
2. Definição e natureza jurídica .....	29
3. Competência legislativa .....	30
4. Princípios .....	31
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento .....	32
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais .....	33
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços .....	34
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios .....	35
4.5. Equidade na forma de participação no custeio .....	36
4.6. Diversidade da base de financiamento .....	37
4.7. Gestão quadripartite .....	38
4.8. Solidariedade .....	39
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida .....	40
4.10. Orçamento Diferenciado .....	42
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social .....	42
5. Assistência social .....	43
5.1. Introdução .....	43
5.2. Definição .....	44
5.3. Objetivos .....	45
5.4. Princípios .....	45
5.5. Diretrizes .....	46
5.6. Organização e gestão .....	47
5.7. Benefício do amparo assistencial do idoso ou deficiente carente .....	51
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário .....	124
5.9. Seguro-Desemprego (inclusive seguro-defeso do pescador artesanal) .....	126
5.10. Outros benefícios assistenciais .....	134
6. Saúde .....	135
6.1. Introdução .....	135
6.2. Definição e natureza jurídica .....	142
6.3. O Sistema Único de Saúde .....	142
6.4. Princípios .....	147
7. Previdência Social .....	148
7.1. Introdução .....	148
7.2. Evolução histórica mundial .....	149
7.3. Evolução histórica no Brasil .....	151
7.4. Definição e abrangência .....	176

7.5. Classificação dos sistemas previdenciários .....	176
7.6. Planos previdenciários brasileiros .....	177
7.6.1. Planos básicos.....	178
7.6.2. Planos complementares .....	182
8. O Direito Previdenciário .....	183
8.1. Autonomia .....	183
8.2. Definição .....	184
8.3. Relação com demais ramos jurídicos.....	184
8.4. Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	185
9. Pilares da Proteção Social no Brasil.....	194

## 2

### CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução .....	195
2. A natureza jurídica da relação de custeio.....	198
3. Contribuições em espécie .....	198
3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei ....	202
3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.....	202
3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento .....	202
3.1.3. Incidentes sobre o lucro.....	207
3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	208
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos .....	208
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	209
4. Arrecadação.....	209
5. Imunidade.....	212
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal .....	217
7. Constituição do crédito securitário .....	218
8. Progressividade .....	221
9. Anistia e remissão .....	221
10. Decadência e prescrição.....	222
11. Simples Nacional.....	224

## TÍTULO II

### DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

---

## 1

### DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência .....	229
2. Cobertura.....	231
3. Legislação de regência.....	231
4. Administração .....	232
5. Sistemática .....	232
6. Características .....	233
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	233
7.1. Conselho Nacional da Previdência Social.....	235
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS .....	237
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social .....	244

**2**

**PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1. Introdução .....	247
2. Princípio da Contributividade .....	248
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação .....	248
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	248
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários .....	250
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais ..	251
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	251
8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente .....	253
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	253
10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo.....	255
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa .....	256
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social .....	256
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i> .....	257
14. Princípio da Responsabilidade .....	258
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social .....	259
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i> .....	259
17. Princípio da Automaticidade das Prestações.....	261
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários .....	261
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	261

**3**

**SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO**

1. Introdução .....	263
2. Segurados obrigatórios.....	264
2.1. Segurado empregado .....	266
2.2. Segurado empregado doméstico .....	279
2.3. Segurado trabalhador avulso .....	280
2.4. Segurado especial.....	284
2.5. Segurado contribuinte individual .....	301
3. Segurados facultativos.....	310
4. Filiação.....	312
5. Inscrição.....	318

**4**

**SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO**

1. Noções iniciais e definição .....	329
2. Limites .....	330
3. Delimitação.....	337
4. Composição .....	342

**5**

**CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

1. Introdução .....	361
2. Natureza jurídica .....	362
3. Aspecto material e temporal do fato gerador .....	364
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS .....	365

4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	366
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo .....	372
4.3. Segurado especial.....	378
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	382
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos .....	384
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	393
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho .....	394
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	398
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico .....	402
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal .....	405
7.1. Associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional .....	405
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF) .....	406
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ).....	411
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas.....	413
9. Arrecadação.....	432
10. Parcelamento.....	442
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento .....	443
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra .....	444
13. Hipóteses de responsabilização solidária.....	448
13.1. Construção civil .....	450
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico.....	452
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	452
13.4. Administração Pública.....	453
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	454
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados .....	454
13.7. Oficial de Cartório e contratantes.....	454
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	455
15. Certidão negativa de débito.....	459
16. Obrigações acessórias da empresa .....	462
17. Das infrações administrativas.....	466

## 6

### ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS

1. Introdução .....	469
2. Definição de acidente de trabalho.....	471
3. Doenças equiparadas (ocupacionais).....	472
4. Acidente de trabalho por equiparação .....	474
5. Reconhecimento.....	477
6. Segurados cobertos.....	488
7. Prescrição dos benefícios acidentários .....	488
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	489
9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	490
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente .....	491

## 7

### REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	503
2. Classificação das prestações previdenciárias.....	503

3. Dependentes dos segurados .....	506
3.1. Classe I.....	509
3.2. Classe II .....	527
3.3. Classe III.....	529
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca .....	531
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição .....	545
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça.....	553
7. Carência.....	564
8. Fator previdenciário.....	586
9. Salário de benefício e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) .....	598
10. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	617
11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.....	624
11.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	624
11.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	625
11.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social) .....	627
11.4. Lei Complementar 11/1971 .....	628
11.5. Lei 5.890/1973 .....	628
11.6. Lei 6.179/1974 .....	629
11.7. Lei 6.210/1975 .....	629
11.8. Lei 6.367/1976 .....	629
11.9. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	630
11.10. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores .....	631
11.11. Emenda 20/1998 .....	633

## 8

### BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por invalidez.....	641
2. Aposentadoria por idade.....	660
3. Aposentadoria por tempo de contribuição .....	685
4. Aposentadorias especiais .....	704
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde.....	704
4.2. Aposentadoria especial dos deficientes .....	772
5. Auxílio-doença .....	784
6. Salário-família .....	809
7. Salário-maternidade.....	815
8. Auxílio-acidente .....	829
9. Pensão por morte.....	845
10. Auxílio-reclusão.....	885
11. Abono anual.....	900
12. Serviço social.....	901
13. Habilitação e reabilitação profissional.....	902
14. Benefícios especiais.....	906
14.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial.....	907
14.2. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político .....	909
14.3. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	910
14.4. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	912
14.5. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru.....	913
14.6. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase .....	913
14.7. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	914

15. Benefícios extintos.....	914
15.1. Auxílio-natalidade .....	914
15.2. Auxílio-funeral .....	914
15.3. Pecúlio .....	915
15.4. Abono de Permanência em Serviço.....	915
15.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74) .....	915
15.6. Auxílio-suplementar .....	916
15.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta .....	917

## 9

### TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios .....	919
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária .....	921
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento .....	923
3.1. Prescrição quinquenal.....	925
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários .....	932
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário .....	946
4. Reajustamento da renda mensal inicial .....	948
5. Acumulação.....	951
6. Descontos legalmente autorizados .....	956
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios .....	967
8. Direito Adquirido.....	968
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação).....	969
10. Despensão .....	980
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União .....	982
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada .....	984
13. Dano moral previdenciário .....	985

## 10

### PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases.....	995
2. Fase inicial.....	996
3. Fase instrutória .....	1004
4. Fase decisória.....	1017
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da Previdência Social).....	1019
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	1036
7. Disposições diversas.....	1038
8. Processo de justificação administrativa .....	1039
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	1042

## 11

### PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

1. Competência jurisdicional.....	1045
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal .....	1045



1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual .....	1047
1.3. Competência estadual por delegação .....	1052
2. Questões processuais do rito dos Juizados Especiais Federais.....	1054
2.1. Procedimento em 1º Grau.....	1054
2.2. Procedimento em 2º Grau e instâncias superiores (TRU, TNU, STJ e STF) .....	1070
3. (Des)necessidade de prévio requerimento administrativo para a concessão de benefícios previdenciários.....	1114
4. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação ....	1132
5. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	1133
6. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	1135
7. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias .....	1136
8. Ação civil pública previdenciária.....	1138
9. Intervenção do Ministério Público.....	1143
10. Custas processuais .....	1144
11. Coisa julgada nas lides previdenciárias .....	1145
12. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários .....	1148
13. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	1154
14. Pedido nas ações previdenciárias .....	1162
15. Ação rescisória previdenciária .....	1163
16. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	1170

## 12

### REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77) .....	1179
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79).....	1182
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do Tribunal Federal de Recursos).....	1183
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988) .....	1186
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal) ...	1187
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”).....	1188
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991 .....	1190
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão .....	1191
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93) .....	1192
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”).....	1194
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94).....	1196
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94) .....	1196
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001.....	1200
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95).....	1201
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95) .....	1205
16. Revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91) .....	1207
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício) .....	1211
18. Revisão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição) .....	1217

19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário .....	1226
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho .....	1227
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente .....	1231
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98 .....	1244
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens .....	1249
24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para crescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade .....	1253
25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário .....	1254
26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum .....	1260

### 13

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PREVIDENCIÁRIAS: PANORAMA, CONJUNTURA, ESTRUTURA, REFLEXÕES E DESAFIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

1. Mutações no perfil demográfico brasileiro .....	1263
2. Custeio dos benefícios rurais e <i>déficit</i> no Regime Geral de Previdência Social .....	1266
3. Inclusão previdenciária dos trabalhadores informais .....	1267
4. Elevação dos custos com o pagamento do auxílio-doença comum a partir do ano 2000 .....	1269
5. Extinção do fator previdenciário e inserção de idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição .....	1272
6. Questões sobre a pensão por morte .....	1274
7. Melhorias no atendimento dos segurados e dependentes pela Previdência Social .....	1276
8. Desequilíbrio financeiro e atuarial no RPPS da União .....	1278

## **TÍTULO III DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

---

### 1

## **NORMAS GERAIS**

1. Disposições iniciais .....	1283
2. Segurados .....	1292
3. Contribuições previdenciárias .....	1292
4. Cálculo dos benefícios .....	1301
5. Benefícios com previsão constitucional .....	1303
5.1. Aposentadoria especial .....	1317
5.2. Aposentadoria por invalidez .....	1326
5.3. Aposentadoria compulsória .....	1328
5.4. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais .....	1333
5.5. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais .....	1334
5.6. Pensão por morte .....	1334
6. Outros benefícios que poderão ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social .....	1336
6.1. Auxílio-doença .....	1336
6.2. Salário-família .....	1336
6.3. Salário-maternidade .....	1336
6.4. Auxílio-reclusão .....	1337

7. Abono de permanência .....	1338
8. Regras de transição .....	1341
8.1. Direito adquirido .....	1341
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º, da Emenda 41/2003 .....	1342
8.3. Aposentadoria. Artigo 3º, da Emenda 47/2005 .....	1344
8.4. Paridade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003 .....	1347
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis .....	1347
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público .....	1348
10. Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social .....	1353

## 2

### DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1. Introdução .....	1357
2. Segurados .....	1358
3. Custeio .....	1358
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos .....	1360
4.1. Aposentadorias .....	1360
4.2. Auxílio-natalidade .....	1364
4.3. Salário-família .....	1365
4.4. Licença para tratamento de saúde .....	1365
4.5. Licença à gestante .....	1366
4.6. Licença à adotante .....	1366
4.7. Licença-paternidade .....	1367
4.8. Licença por acidente de serviço .....	1367
4.9. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes .....	1367
4.10. Pensão por morte vitalícia e temporária .....	1368
4.11. Auxílio-funeral .....	1377
4.12. Auxílio-reclusão .....	1377

## 3

### DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1. Introdução .....	1379
2. Inatividade remunerada .....	1379
3. Pensão por morte .....	1381

## TÍTULO IV DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

---

### 1

#### REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1. Disposições constitucionais e regimes criados .....	1393
--	------

### 2

#### REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução .....	1401
2. Características Gerais .....	1401

3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados.....	1409
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios .....	1414
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios.....	1438
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados.....	1439
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar .....	1442
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade.....	1445

**3**

**REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR  
DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS**

1. Introdução .....	1455
2. Entidades fechadas – FUNPRESP's .....	1458
3. Plano de benefícios.....	1461
4. Benefício especial .....	1463
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias .....	1465
6. Recursos garantidores .....	1469
7. Controle e fiscalização .....	1470
8. Vigência do regime previdenciário.....	1471

**TÍTULO V  
DOS CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

---

**1**

**PRINCIPAIS DELITOS PREVIDENCIÁRIOS**

1. Apropriação indébita previdenciária.....	1475
2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1484
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social.....	1489
4. Estelionato previdenciário .....	1492

**APÊNDICES**

---

Apêndice 1 – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo.....	1499
Apêndice 2 – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LegisPrev.....	1523
Apêndice 3 – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público .....	1547
Apêndice 4 – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	1569
Apêndice 5 – Enunciados do XII FONAJEF, Vitória (ES) – 2015 .....	1579
Apêndice 6 – Enunciados do XI FONAJEF, Campo Grande (MS) – 2014.....	1581
Apêndice 7 – Questões de Ordem da TNU.....	1585
Apêndice 8 – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS.....	1591
Apêndice 9 – Regimento interno TNU .....	1603
Apêndice 10 – Reg. Interno do CRPS .....	1615
Apêndice 11 – Reg Interno do CRPS-RI dos JEFs e Turmas da 1ª Região .....	1641
<b>Referências.....</b>	<b>1661</b>